

MODIFICATIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL CONJUNTO

(Artigo 53, Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005)

NUTRISOLO LTDA

CNPJ nº 29.133.206/0001-71

JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDOR JUNIOR

CPF nº 320.747.778-09

JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDOR JUNIOR ME

CNPJ nº 08.487.361/0001-16

Processo de Recuperação Judicial nº 1000035-96.2023.8.26.0240
Vara Única da Comarca de Iepê/SP

MODIFICATIVO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1- INTRODUÇÃO:

Pelo presente modificativo, os Recuperandos NUTRISOLO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.133.206/0001-71, com sede na cidade de Iepê, Estado de São Paulo, na Rua Sergipe, nº 225, Centro, CEP: 19640-000; e JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR, pessoa física, brasileiro, produtor rural, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.936.524-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 320.747.778-09, com inscrição no registro mercantil, na qualidade de empresário individual, sob a denominação de JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO JUNIOR ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.487.361/0001-16 e domicílio na cidade de Iepê, Estado de São Paulo, na Rua Andre Garbosa Filho, nº 198, Conjunto Habitacional Mario Covas Junior, CEP: 19640-000, identificados como GRUPO NUTRISOLO, propõem a alteração das condições inicialmente propostas no Plano de Recuperação Judicial apresentado às fls. 204/2022 nos autos do processo de Recuperação Judicial nº 1000035-96.2023.8.26.0240, em andamento pela Vara Única da Comarca de Iepê/SP, conforme cláusulas abaixo:

2- DAS CONDIÇÕES INICIALMENTE PROPOSTAS ÀS FLS. 2024/2022:

Os Recuperandos propuseram inicialmente efetuar o pagamento do passivo sujeito aos efeitos da Recuperação Judicial, independentemente da sua natureza, dentre outros meios, mediante a dilação de prazos, obtenção de condições especiais para pagamento mediante deságio e equalização de encargos financeiros relativos aos débitos existentes, nos seguintes termos:

“5.1- DILAÇÃO DE PRAZOS, OBTENÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES E EQUALIZAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS RELATIVOS AOS DÉBITOS EXISTENTES: (...) os Recuperandos propõem o pagamento das obrigações sujeitas aos efeitos desta Recuperação Judicial em 20 (cento e vinte) parcelas semestrais, a serem pagas no último dia útil dos meses de Maio e Outubro de cada ano, com carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados do trânsito em julgado da decisão de homologação da aprovação do PRJ, mediante a aplicação de um deságio de 60% (sessenta por cento) e remuneração de 6% ao ano a incidir sobre o saldo devedor renegociado no período do fluxo de pagamento”.

No Plano de Recuperação Judicial inicialmente proposto (fls. 2014/2022), os Recuperandos também estipularam, como disposição pós-homologação, a extensão dos efeitos do PRJ aos coobrigados dos créditos, garantidores, avalistas e fiadores, nos seguintes termos:

“Suspensão de ações e execuções. A partir da aprovação e homologação do presente PRJ, as ações e execuções em curso contra os Recuperandos que tiverem relação com os créditos sujeitos à presente Recuperação Judicial, bem como contra os respectivos garantidores, avalistas e/ou fiadores, deverão ser extintas, sendo que os credores somente poderão buscar a satisfação de seus créditos conforme os termos e condições previstas neste plano. Ficam, ainda, os credores proibidos de ajuizarem novas ações e execuções relativos aos créditos sujeitos à presente Recuperação Judicial, até o seu integral cumprimento. No período entre a aprovação e a homologação do plano, as ações e execuções contra os Recuperandos e eventuais coobrigados, ficarão suspensas”.

3- DO QUADRO GERAL DE CREDORES:

Após superada as fases de verificação e habilitação dos créditos, a Administradora Judicial apresentou o quadro de credores retificada às fls. 2993/2998, que foi atualizada quando da publicação do edital a que se refere o art. 36, da Lei nº 11.101/05, no qual ficou apurado um passivo concursal de R\$ 14.217.171,08 (quatorze mil, duzentos e dezessete mil, cento e setenta e um reais e oito centavos), assim composto:

Credor	Crédito
Classe I - Trabalhista	
Elaine Cristina Andreotti e Odilson Roberto da Silva	R\$ 112.250,36
Total crédito Classe I	R\$ 112.250,36
Classe II - Garantia Real	
Longping High Tech - Biotecnologia Ltda	R\$ 114.500,00
Total crédito Classe II	R\$ 114.500,00
Classe III – Quirografários	
Agropastorial Jotabasso Ltda	R\$ 303.901,85
Banco Bradesco S/A	R\$ 1.151.127,77
Banco Daycoval S/A	R\$ 398.644,97
Banco Original S/A	R\$ 386.298,86
Banco Sofisa S/A	R\$ 635.430,66
Bioma Indústria, Comércio e Distribuição Ltda	R\$ 1.178.818,00
Canaã Comércio de Produtos Agropecuários Ltda	R\$ 161.053,80
Fertybio Fertilizantes Ltda	R\$ 632.713,88
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Peak Invest NT PME	R\$ 9.817,95
Geo Clean Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda	R\$ 41.772,00
ICL Brasil Ltda	R\$ 319.963,29
Itáu Unibanco S/A	R\$ 878.162,69
Korim Agricultura e Meio Ambiente Ltda	R\$ 199.094,43
Longping High Tech - Biotecnologia Ltda	R\$ 2.131.529,27
Multirecebíveis III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	R\$ 86.060,00
Pack Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda	R\$ 1.345.170,00
Peak Invest Serviços Financeiros e de Tecnologia S/A	R\$ 37.270,00
Sav Nexos Fundo de Investimento em Direito Creditórios	R\$ 24.500,00
Sementes Gasparim Produção, Comércio, Importação e Exportação Ltda	R\$ 61.226,00
Sementes Mauá Ltda	R\$ 3.352.697,20
Simbiose Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda	R\$ 225.890,00
Winfield Insumos Agrícolas do Brasil Ltda	R\$ 201.838,10
Total crédito Classe III	R\$ 13.762.980,72
Classe IV - ME e EPP	
Advansis Adjuvantes Ltda EPP	R\$ 81.440,00
Bplan Fertilizantes Technology Ltda ME	R\$ 146.000,00
Total crédito Classe IV	R\$ 227.440,00
TOTAL PASSIVO CONCURSAL	
R\$ 14.217.171,08	

4- DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS COM A APRESENTAÇÃO DESTE MODIFICATIVO:

Com o presente modificativo, os Recuperandos propõem alterações no Plano de Recuperação Judicial buscando readequar as condições de pagamento ao novo quadro de credores apurado após o encerramento das fases de verificação e habilitação de créditos.

No Plano de Recuperação Judicial, os Recuperandos propuseram um tratamento igualitário entre os credores, sem observâncias às especificidades da natureza de cada crédito, e isso ocorreu porque, naquele momento, havia apenas uma classe de credores (Classe III), situação diferente do atual contexto, em que se apurou a existência de créditos de diversas naturezas, inclusive alimentícia (Classe I) e assegurados por garantia real (Classe II).

Diante desse novo contexto, buscando assegurar a preservação das atividades empresariais e compatibilizar as condições do Plano de Recuperação Judicial com as negociações alcançadas com os credores, os Recuperandos propõem as seguintes alterações:

- a) **MANUTENÇÃO DOS VALORES E DAS CONDIÇÕES ORIGINAIS DE PAGAMENTO DOS CRÉDITOS** → os créditos de natureza alimentícia/trabalhista e os assegurados por garantia real não sofrerão alterações nos seus respectivos valores e condições originais de pagamento, de modo que, por força do art. 45, § 3º, da Lei nº 11.101/05, os créditos listados nas Classe I – Trabalhista e Classe II – Garantia Real não terão direito de voto e não deverão ser considerados para fins de verificação do quórum de deliberação.
- b) **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS CRÉDITOS DE FORNECEDORES** → os créditos de natureza mercantil, oriundos de operações de compra e venda de produtos e insumos, serão pagos em 20 (vinte) parcelas semestrais, a serem pagas no último dia útil dos meses de Maio e Outubro de cada ano, com carência de 24 (vinte e quatro) meses, contados do trânsito em julgado da decisão de homologação da aprovação do PRJ, mediante a aplicação de um deságio de 60% (sessenta por cento), remuneração de 6% ao ano e correção monetária pelos índices da Taxa Referencial (TR) publicadas pelo Banco Central do Brasil, a incidirem sobre o saldo devedor renegociado no período do fluxo de pagamento.
- c) **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS CRÉDITOS BANCÁRIOS** → os créditos de natureza bancária, oriundos de operações de crédito firmadas com instituições financeiras, serão pagos em 16 (dezesseis) parcelas semestrais, a serem pagas no último dia útil dos meses de Maio e Outubro de cada ano, com carência de 12 (doze) meses, contados da homologação da aprovação do PRJ, mediante a aplicação de um deságio de 30% (trinta por cento), remuneração de 9% ao ano e correção monetária pelos índices da Taxa Referencial (TR) publicadas pelo Banco Central do Brasil, a incidirem a partir da aprovação do PRJ.
- d) **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOS CRÉDITOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS** → os créditos titularizados pelos credores classificados como microempresas e empresas de pequeno porte, listados na Classe IV – ME e EPP, serão pagos em 04 (quatro) parcelas anuais, com vencimento no último dia útil do mês de Maio de cada ano, iniciando em 2025, mediante a aplicação de um deságio de 15% (quinze por cento), remuneração de 12% ao ano e correção monetária pelos índices da Taxa Referencial (TR) publicadas pelo Banco Central do Brasil, a incidirem a partir da aprovação do PRJ.
- e) **DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PAGAMENTO AOS CREDORES PARCEIROS** → os credores que concordarem em assumir os riscos da atividade junto com os Recuperandos, concordando em celebrar parceria comercial para o agenciamento/intermediação na comercialização de sementes de soja na região de atuação dos Recuperandos, serão enquadrados como credores parceiros e terão condições diferenciadas de pagamento.

A parceria comercial a que se refere esta cláusula permitirá aos Recuperandos a representação comercial do credor, através da NUTRISOLO LTDA, mediante o agenciamento da venda de sementes de soja para produtores rurais na região de atuação dos Recuperandos, recebendo, em contrapartida, comissões pelas vendas intermediadas dentro do ano-safra, comissões essas que serão retidas pelo credor parceiro para amortização do respectivo crédito.

O crédito do credor parceiro será pago em 08 (oito) parcelas anuais, com vencimento no último dia útil do mês de Maio de cada ano, iniciando no ano de 2025, mediante a aplicação de um deságio de 7,5% (sete e meio por cento), remuneração de 4,5% ao ano e correção monetária pelos índices da Taxa Referencial (TR) publicadas pelo Banco Central do Brasil, a incidirem a partir da aprovação do PRJ.

Caso o valor das comissões do ano-safra anterior não seja suficiente para amortizar o valor total da respectiva parcela anual do PRJ, os Recuperandos complementarão com o pagamento do valor faltante. Por outro lado, caso o valor das comissões seja superior ao valor da parcela anual, o valor que sobejar será repassado aos Recuperandos pelo credor parceiro para incremento nas atividades.

Por meio deste modificativo, os Recuperandos também propõem a retirada da previsão de extensão dos efeitos do presente PRJ para os coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores, de modo que, a partir da aprovação e homologação do presente PRJ, somente serão extintas as ações e execuções em curso contra os Recuperandos que tiverem relação com os créditos sujeitos à presente Recuperação Judicial.

5- DA RE-RATIFICAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL INICIALMENTE PROPOSTO:

O Plano de Recuperação Judicial inicialmente proposto pelos Recuperandos às fls. 2014/2022 fica retificado de acordo com as alterações proposta neste modificativo, bem como ratificado naquilo que não tiver sido objeto de alteração por força deste modificativo.

lepê/SP, 22 de maio de 2024.



NUTRISOLO LTDA

Repres. Legal: Luana Guerhardt Faria de
Azevedo



**JERÔNIMO SOARES DE AZEVEDO
JÚNIOR**